

Elias Miguel Raide (*)

Sorocaba: a capital da Revolução Liberal ()**

(*) Jornalista residente em São Paulo; colaborou com as festividades do sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842.

(**) O presente estudo foi publicado no jornal *Cruzeiro do Sul* durante a semana de comemorações do sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842.

ABSTRACT

The author analyses the revolutionary movement under a wide outlook as it theoretically should be and then focuses on the movement in São Paulo according to its military aspect. He shows the possibility of organization of a revolutionary battle front from the South to Minas Gerais. He reminds us that the failure of the Liberal Revolution might have been the seed of the Republican Movement and provides data for this interpretation.

RESUMO

O autor analisa o movimento revolucionário em uma perspectiva ampla, dentro do que em teoria deveria ser e depois focaliza o movimento em São Paulo no seu aspecto militar. Mostra a possibilidade de formar uma ampla frente revolucionária do Sul até Minas Gerais. Lembra que o fracasso da Revolução Liberal talvez tenha sido a semente do Movimento Republicano e fornece dados para essa interpretação.

Preparada através de contatos políticos com várias províncias que também se opunham ao poder discricionário do governo imperial, a Revolução Liberal descuidou-se dos preparos militares e foi surpreendida pelo fulminante ataque das tropas comandadas pelo Barão de Caxias.

A Revolução Liberal, cujo sesquicentenário ocorre este ano, eclodiu em Sorocaba, a 17 de maio de 1842. Era parte de um plano geral de insurreições no Império, articulado, no Rio de Janeiro, pela sociedade secreta Patriarcas Invisíveis, presidida por José de Alencar (pai do romancista) e integrada por Teófilo Otoni, Limpo de Abreu, os irmãos Andrada (Martim Francisco e Antonio Carlos) e representantes de outras províncias. Movimentos semelhantes deveriam ocorrer na Corte e Estado do Rio, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, impossibilitando ao Exército de Caxias apagar o vasto incêndio. Tivesse sido o plano executado, com eficiência, a tempo e a hora, lembra um historiador, "dando tempo ao Rio Grande do Sul de mandar auxílios prometidos (aos paulistas), talvez fosse proclamada nesse tempo a autonomia das províncias e conseqüente Federação Brasileira". (Assis Cintra – *A Revolução Liberal de 1842*.)

Vinha já de longe a República de Piratini, e as tropas imperiais não conseguiam sufocá-la. Supunham os planejadores que as rebeliões em São Paulo e Minas Gerais (que mais tarde acompanharam os sorocabanos) "obrigariam o governo a enviar forças para as debelar; e o povo, bem preparado pela propaganda, pediria a demissão do Ministério (na Corte)".

Não eclodiram elas, entretanto, concomitantemente, o que deu tempo às tropas adestradas e experientes de Caxias de sufocá-las, auxiliado pelas medidas adotadas paralelamente pelo Ministério e os presidentes das províncias. Movia os rebeldes, inexperientes e despreparados, chefiados por chefes políticos de prestígio, mas inexpressivos militarmente, apenas a indignação causada pelos últimos decretos conservadores que marginalizavam e facilitavam perseguições aos liberais.

Tudo por quê?

Desde 1832, o Partido Liberal, então no poder, impusera os itens essenciais de seu programa, suprimindo o Conselho de Estado e o poder moderador do Imperador, criando as Assembléias Provinciais e tirando do monarca o poder de dissolver a Câmara. Altera-se a situação em março de 1841, quando o Imperador substitui o Gabinete Liberal pelo Conservador.

Renascem as esperanças liberais em outubro de 1841: eles vencem as eleições e terão maioria na Câmara que se vai instalar em maio de 1842.

Em janeiro de 1842, vem presidir São Paulo, nomeado pelos conservadores, o baiano Costa Carvalho, ex-regente e futuro marquês de Monte Alegre. Desde logo, Costa Carvalho percebeu que “os liberais dominavam muitos municípios e rejeitam determinações do poder central”. (Quartim de Moraes – *Caxias* – Ed. Três.)

Itu, Campinas, Sorocaba, as vilas onde mais se conspirava, são promovidas à cidade. É preciso fazer malograr o possível entrosamento entre os rebeldes paulistas e os farroupilhas. Costa Carvalho viaja de um canto a outro, vigiando, intimidando adversários. Também o Gabinete Conservador exerce sua vigilância – coloca em recesso a Assembléia Provincial Mineira e adia a abertura dos trabalhos da Assembléia Paulista, pois elas haviam protestado contra as medidas ultimamente adotadas pelo governo central, enviando representações que nem sequer foram recebidas.

A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cujo comando central estava na Corte (Rio), a esta altura, já tinha um conselho em cada Província e um círculo (ou clube) em cada vila ou cidade.

“Foi do Clube (Comando) Central que partiu a ordem de desencadeamento (das rebeliões nas províncias) após a dissolução da Câmara”.

Segundo alguns historiadores, Rafael Tobias de Aguiar não se entusiasmava com a idéia da insurreição e, em São Paulo, quem mais se empenhava seria o ex-regente Diogo Antonio Feijó, senador, então residente em Campinas.

Todavia, é preciso lembrar que Martim Francisco e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, dois paulistas, integravam o Clube Central da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis. Tobias gozava de grande estima por parte de Martim Francisco, que lhe ministrara aulas de francês e filosofia, presidiu a Assembléia Provincial

Paulista e, às vésperas da revolução, tentou inutilmente a adesão dos cadetes militares ao movimento surgido em Sorocaba.

Assis Cintra critica Tobias por ter confiado em demasia nas promessas de ajuda farroupilha e mineira e a lentidão com que suas tropas deslocaram-se de Sorocaba para São Paulo, que esperavam dominar.

Na realidade, as tropas demoraram, dando tempo a Caxias para organizar a defesa. Mas Tobias, indicado pela Sociedade dos Patriarcas para presidir o governo revolucionário, não pode ser totalmente inculcado pela demora de outros em prestar auxílios ou desencadear ações prometidas.

A que visavam as revoluções liberais em 1842?

Basicamente, o direito de eleger, nas províncias, os seus presidentes, restabelecer o sistema político vigente até o início de 1841. Proclamavam o respeito à Monarquia, mas condenavam a nomeação para as províncias (chamando-os de pró-cônsules) sem nenhuma consulta ao povo.

O governo central, no entanto, não estava alheio à conspiração e descobriu que da Corte "tinham saído emissários e armamento para diversos pontos" (Aluísio de Almeida).

Advertido da gravidade da situação em São Paulo, o ministro da Guerra, José Clemente Pereira, ordenava ao presidente Costa Carvalho, pouco antes da eclosão da Revolução, que executasse as reformas necessárias e, "se aparecer resistência, bloqueiam-se os portos e corta-se a comunicação com as Províncias do Rio de Janeiro e Minas; devendo marchar o Batalhão Catarinense, o nº 12, e o outro do Rio Grande para Curitiba..." (Afonso de Carvalho, *Caxias*).

Ora, Tobias contava com o apoio principalmente dos que se dedicavam ao comércio de gado entre os campos do Rio Grande e as feiras de Sorocaba, entre os quais muitos moradores de Curitiba, que então integrava o território paulista (5ª comarca). Sua decepção em relação aos paranaenses viria em seguida. Esquecera-se da antiga aspiração política da comarca: a emancipação. No início, simpatizaram com a Relação Liberal. Mas, ante o aceno de que logo a Província do Paraná seria uma realidade, uma vez suplantada a revolta paulista, permaneceram inertes ou auxiliaram (pelo menos financeira ou politicamente, ou por inércia) o poder central conservador. Além disso, nem havia ainda chegado a São Paulo, e Caxias havia combinado com o Cel. Silva Castro, de Curitiba, a defesa de Itararé,

para evitar o acesso de forças farroupilhas acaso destinadas a ajudar Sorocaba (em 1853, com Costa Carvalho atuante no governo central, a promessa foi cumprida, criando-se a Província do Paraná).

Precipitam-se em maio os acontecimentos políticos que mais acicatam os liberais.

A Câmara dos Deputados, com maioria liberal eleita em 1841, é dissolvida dois dias antes de instalar-se. Em São Paulo, Costa Carvalho substitui (9 de maio) o comando da Guarnição, nomeado no ano anterior por Tobias de Aguiar, temendo eventual sedição na Capital. Para as reformas conservadoras, ordena aos juizes de direito empossarem as autoridades nomeadas, mesmo sem a aprovação das Câmaras Municipais.

O governo central acende o estopim: a 16 de maio, os sorocabanos souberam que a Câmara Municipal fora dissolvida. A 17, os vereadores aclamam Rafael Tobias de Aguiar presidente da Província e o senador Pe. Feijó vice-presidente.

Rafael, filho de Antonio Aguiar e Gertrudes Aires (sua mãe pertencia a uma família de destaque na política, em Sorocaba e Itapetininga), tinha sido, em 1820, administrador do Registro de Animais (a Feira de Sorocaba era famosa na América do Sul, atraindo compradores e vendedores de muares de Sul a Norte do Brasil). Em 1821, Rafael foi deputado às Cortes Constituintes de Lisboa. Depois, deputado geral em quatro legislaturas, presidente da Província de São Paulo (1831-34 e 1840-41). Segundo Aluísio de Almeida, os Patriarcas Invisíveis o escolheram para chefe da revolução "por sua devoção aos amigos e por ser compadre de todo mundo".

O senador Feijó, regente do imperador até 1837, renunciara ante a acirrada campanha que lhe movia a oposição na época. Embora paralítico, deixa Campinas de carruagem, levando o prelo que iria imprimir os quatro únicos números do jornal *O Paulista*.

Não foi unânime o apoio paulista a Sorocaba. Aderiram Campinas, Itu, Piracicaba (ex-Constituição), Itapetininga e algumas (nem todas) vilas próximas. As do Vale do Paraíba demoraram ou foram logo vencidas (Silveiras) pelas forças de Caxias. O extremo Sul (Curitiba, Ponta Grossa etc.) esperava e desejava desmembrar-se de São Paulo, alentado nas últimas semanas pelas promessas dos conservadores.

A 18 de maio, Tobias assume, suspende as reformas conservadoras na Província e manda publicar uma proclamação

contra o Ministério, reiterando apoio à monarquia e ao imperador. O manifesto, impresso no prelo do jornal de Sorocaba, foi reproduzido no órgão revolucionário *O Paulista* e enviado a toda Província, a Minas e ao Rio Grande do Sul.

No mesmo dia 18, Caxias é nomeado chefe do Exército incumbido de enfrentar a insurreição.

Reuniu nas fileiras legais ex-rebeldes do Maranhão e recrutas de Sergipe, subordinados a oficiais experimentados em guerras anteriores. Constituíam dois batalhões de caçadores e artilharia.

Dia 18, embarcam na Corte (Rio); dia 20, aportam em São Sebastião. O Cel. Amorim Bezerra, comandante de um batalhão de artilharia, sobe rumo Guaratinguetá, que se mantivera fiel aos conservadores.

Caxias prossegue, desembarca em Santos, dia 21 pela manhã e, após o almoço, inicia a subida da serra. Age com rapidez, temendo que o movimento se alastre, aliando-se à revolução prestes a eclodir em Minas. Se os paulistas dominassem a comarca do Paraná, unir-se-iam aos mineiros, ao Norte, e aos farroupilhas do lado Sul. A 23 de maio, chega a São Paulo com o 12º Batalhão de Caçadores, solicita ao governo provincial alojamento para 2.000 homens, fazendo espalhar-se a falsa notícia de que tinha um poderoso exército. Assim, retardaria o ataque que poderia sofrer. Armou a defesa da cidade, com pontos de observação em áreas estratégicas, ocupou Moji das Cruzes e acampou junto à ponte do rio Pinheiros.

Os rebeldes avançavam lentamente, desorganizados, inexperientes. Uma coluna vem, passando por Una (ex-Ibiúna) – Cotia; outra, por São Roque – Cotia, e o Maj. Galvão (a quem Assis Cintra atribui o posto de sargento-mor) reforça a tropa em Itu, e caminha para São Paulo, passando por Parnaíba e Carapicuíba. Reúnem-se todos (segundo Assis Cintra, 2.000; para Aluísio de Almeida, apenas 800) junto ao ribeirão Pirajussara, cerca de cinco quilômetros distante da ponte do rio Pinheiros. Galvão é o Comandante Geral. Divergem os autores com relação ao dia em que se aproximaram de Pinheiros, mas o certo é que demoraram. Galvão assumira por insistência do amigo Feijó.

“...antes de iniciar a marcha, perdia-se enorme tempo em pegar e arrear os animais que conduziam os mantimentos: galinhas, leitões, cabritos, perus” (Batista de Moraes, *A Revolução de 1842*).

As marchas começavam após a reza, ladainhas e sermão do padre.

Carregando os cargueiros de mantimentos, os muares vinham na vanguarda, retardando o movimento da infantaria e da cavalaria (a artilharia, segundo consta, limitava-se a um canhão). Quando os primeiros insurretos chegam perto da ponte do rio Pinheiros (24 de maio), as tropas de Caxias já dominam o entroncamento das estradas de Itu e Sorocaba e o acesso a São Paulo.

"Não haveria talvez 800 homens, armados de facões, garruchas e, sobretudo, espingardas pederneiras" (Aluísio de Almeida).

Prosseguem acampados em Pirajussara, retardando o ataque. Ao mesmo tempo, o Cel. Amorim Bezerra, por ordem de Caxias, avança rumo a Campinas, para enfrentar 400 rebeldes que se aproximam daquela cidade. Dispõe de infantaria, artilharia, cavalaria e guardas nacionais. Trava-se a batalha em Venda Grande, com a vitória das forças legais, que dias depois triunfam também em Silveiras (Vale do Paraíba).

Aluísio de Almeida: "Tobias organizava a resistência nas vilas insurretas, protegendo a retaguarda ameaçada pelas forças legais conservadoras de Tatuí e Itapetininga". Preparava-se para atingir Venda Grande, partindo de Itu, quando soube da derrota. A notícia dessa derrota arrefece a moral no acampamento em Pirajussara. A 1º de junho, Caxias toma a iniciativa. Manda atravessar a ponte do rio Pinheiros. Suas tropas marcham, divididas em três colunas, pelas estradas de Santo Amaro, Sorocaba e Itu. O Cel. Leite Pacheco e o Maj. Bloem, de pontos diferentes, obedecem à ordem de Caxias: avançar sobre Sorocaba (20 de junho). Feijó pretendia resistir em Ipanema, "dando tempo a que os aliados no Rio de Janeiro arranjassem, pelo menos, a demissão de Costa Carvalho da presidência da Província" (Aluísio de Almeida).

Tobias, que não tivera o apoio do sul paulista, nem viu chegar o auxílio farroupilha, nem deflagrada a tempo a revolução na Corte e a rebelião em Minas e no Rio, tinha outros planos. Casa-se com Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, com quem vivia maritalmente, deixa-a num convento, disfarça-se em tropeiro, segue para o Sul; em Guarapuava, seus amigos tropeiros e criadores ajudam-no a atravessar o rio Iguaçu.

A esse tempo, Caxias havia entrado triunfalmente, sem resistência, em Sorocaba. Feijó e o senador Vergueiro, que comandara uma tropa de lanceiros rebeldes e era apontado como um dos cabeças da insurreição em Piracicaba, são enviados ao Rio e deportados para Vitória onde permanecem em liberdade

vigiada até serem anistiados.

Rafael Tobias aproxima-se de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, em novembro. Ciente de sua presença, Caxias, já presidente da Província, após a pacificação farroupilha, manda prendê-lo em Gorita, a 1º de dezembro de 1842, remetendo-o a Fortaleza de Lajes no Rio. Domitila de Castro seguiu para a Corte, empenhando-se junto ao Imperador D. Pedro II até conseguir sua anistia.

Três dias após a prisão de Tobias, a vanguarda do chefe rebelde de Portinho (farroupilha) que pretendia "proteger a junção do dito Presidente com o grosso rebelde, foi atacada pelas forças a mando do Cel. Pereira (legalista), o qual..." (Comunicado de Caxias ao Ministro da Guerra.)

"Não fosse a prisão de Aguiar, tão cedo realizada, também São Paulo, como Santa Catarina, estaria ligado ao Rio Grande do Sul..." (Aluísio de Almeida). Lembra ainda Aluísio de Almeida que o "movimento mineiro destinava-se a apoiar os paulistas, atraindo as tropas imperiais, permitindo a aproximação dos paulistas com os gaúchos. Mas ao eclodir em Minas, já estava terminada em Sorocaba". Houve combates em várias cidades mineiras; em setembro, Caxias vencia-os.

Para prevenir acontecimentos na Corte e na Província do Rio, o governo central suspendeu as garantias constitucionais. Cidadãos foram presos (incluindo Limpo de Abreu, do Clube Central dos Patriarcas Invisíveis, que iria promover a rebelião na Corte e no Rio).

Fazendeiros fluminenses, mesmo liberais, ajudaram o governo legal, e seguiram forças armadas e municadas para ajudar o Exército contra os insurretos em São Paulo e Minas.

Na Bahia, nada digno de registro.

O presidente do Ceará sufocou no nascedouro a ameaça surgida em Crato; em Pernambuco, algumas prisões de revolucionários em Exu.

Inócua a conspiração liberal? Triunfante a monarquia?

Talvez em 1842 tenha sido plantada a semente que a transformou no movimento republicano, surgido como tendência no Partido Liberal, depois Partido Republicano, três décadas apenas antes da vitória.

Coincidência ou não, destacavam-se, na liderança republicana, muitos, cujos nomes lembravam participantes dos movimentos de 1842: José Pinheiro Machado, senador republicano gaúcho, amigo

de Deodoro e Floriano e filho de Antonio Pinheiro Machado, sorocabano que, em 1842, integrara as forças de Rafael Tobias de Aguiar; seu cunhado Venâncio Aires, primeiro diretor do jornal republicano gaúcho *A Federação*, era da família Aires (a que pertencera a mãe de Tobias de Aguiar) e parente dos Aires de Itapetininga, processados devido à ajuda ostensiva prestada a Sorocaba em 1842 (o primo de Tobias, Paulino Aires de Aguirre, levava 150 ou 200 itapetininganos para ajudar o movimento liberal); o republicano Cristiano Otoni, filho de Teófilo Otoni, líder da Revolução de 1842 em Minas; Henrique Limpo de Abreu, que foi diretor da *Província de São Paulo* e integrou o primeiro governo republicano paulista, filho de Limpo de Abreu, deportado em 1842 quando preparava a Revolução na Corte e na Província do Rio; Ubaldino do Amaral, filho de Francisco do Amaral Fontoura, amigo paranaense de Tobias a quem auxiliara a alcançar o Rio Grande do Sul em 1842; a esposa do famoso orador republicano, Silva Jardim que pertencia à família dos Andrada (dois deles apoiaram Tobias em 1842); João Tobias de Aguiar, secretário adjunto do Partido Republicano em Itu, representante, na cidade, na Convenção Republicana de 1873, nome que nos é familiar em 1842.

Maiores coincidências os pesquisadores já devem ter verificado.

Em 1889, o Partido Republicano, filho do Partido Liberal, combate o próprio Ministério Liberal e extingue a monarquia.

Da Faculdade (ex-Escola) de Direito de São Paulo foram muitos que ali estudaram e participaram do movimento de 1842. Maior ainda o número de republicanos que deixaram os bancos acadêmicos e se projetaram, como antimonarquistas, no Segundo Império, no jornalismo, na política, na oratória, destacando-se na formação e consolidação da República (Almeida Nogueira, *Tradições e Reminiscências*).

Caxias, Feijó e Rafael Tobias de Aguiar não viveram para ver o que aconteceu a 15 de novembro de 1889.